Sarney arquiva pedido para investigar ACM

Presidente do Senado alega que o caso do grampo ilegal na Bahia deve ser julgado pelo STF se houver crime

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), decidiu arquivar ontem o requerimento do PT ao Conselho de Ética que pedia abertura de investigações preliminares sobre o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nos grampos telefônicos na Bahia. Agora, para o Senado entrar no caso, o PT terá de assumir o ônus político de enviar ao conselho um pedido formal de abertura de processo para uma possível cassação do mandato do senador baiano.

O presidente do Senado, que não submeteu o pedido à votação entre os membros da Mesa

Diretora, reiterou que, se houver um crime, a competência para julgá-lo é do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Sarney, o documento do PT não contém nem provas nem fatos e só chegou a suas mãos, enviado pelo presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), para que tomasse conhecimento. Para o presidente do Senado, a Constituição é clara ao tratar dos casos em que pode haver perda do mandato por fatos ocorridos antes da posse. Segundo ele, a primeira hipótese diz respeito a abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral. A segunda refere-se à condenação judicial.

— Esses são os casos. Está

na Constituição, basta ler. Agora, se há outro tribunal querendo julgar, esse não respeita a lei. Eu tenho de respeitar — afirmou Sarney.

Presidente do Conselho de Ética aprova medida

A atitude do presidente do Senado foi aprovada por Juvêncio, que já criticara o documento petista, chamando-o de dúbio e afirmando que o partido não tivera coragem de pedir a abertura de processo de cassação contra Antonio Carlos. Em vez de enviar uma representação pedindo a abertura do processo, a bancada do PT optou por solicitar apurações, sob o argumento de que

a revista "IstoÉ" poderia exibir provas da participação do senador baiano na escuta ilegal. O partido passou ao Conselho de Ética a iniciativa de abrir ou não um processo agora. Mas Juvêncio recebeu o pedido e o transferiu a Sarney, que preferiu arquivá-lo.

— Sarney agiu bem. A investigação sumária não leva a nada. A investigação da Polícia Federal é que pode apresentar provas — disse.

Heloísa Helena apresentará hoje recurso ao Conselho

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) passou o carnaval preparando um recurso ao Conselho de Ética, que será

apresentado hoje. Ela afirmará que Juvêncio tomou uma atitude unilateral ao remeter o requerimento petista à Mesa, argumentando que o regimento dá a qualquer cidadão o direito de enviar uma denúncia contra um parlamentar.

Outro ponto abordado será a conduta do conselho em outros episódios, como o caso da violação do painel de votações que envolveu Antonio Carlos e o ex-senador José Roberto Arruda, que agora é deputado federal pelo PFL; de Jader Barbalho, pelas acusações de desvio de recursos do Banco do Estado do Pará; e ainda de Luiz Otávio (PA), acusado de

apropriar-se de dinheiro público para a construção de balsas nunca concluídas.

Segundo a senadora petista, houve diligências do órgão, que ouviu os envolvidos e as testemunhas. Apesar da insistência, o PT manterá a linha anterior: quer investigação, mas não pedirá a cabeça de Antonio Carlos.

— Se o PT tivesse provas, já teria entrado com uma representação no conselho — disse Heloísa Helena.

A disposição da senadora, no entanto, parece não alterar a opinião de Juvêncio.

— Esse recurso é mais uma vez um jogo de cena do PT — afirmou. ■